

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA GABINETE DO PREFEITO



LEI N.º 1.230/2018, DE 26 DE JUNHO DE 2018

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA ESTADO DE ALAGOAS, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica criado o Fundo Municipal de Segurança Pública, entidade contábil e sem personalidade jurídica, com o objetivo de proporcionar amparo financeiro a programas, projetos, convênios, termos de cooperação, contratos e ações de segurança pública e de combate à violência no Município de Delmiro Gouveia/AL.

Art. 2º. Constituem receitas do Fundo Municipal de Segurança Pública, dentre outras que lhe forem destinadas:

I – recursos aprovados em lei municipal e constantes da Lei Orçamentária;

 II – auxílios e subvenções provenientes de órgãos públicos federais, estaduais ou municipais ou de entidades privadas;

III – auxílios provenientes de convênios ou termos de cooperação firmados entre o Município de Delmiro Gouveia/AL e o Poder Público federal ou estadual, ou ainda celebrados com entidades privadas, nacionais ou internacionais, sob a forma de doação;

Parágrafo único. Os valores auferidos com base neste artigo serão depositados em instituições bancárias oficiais, em conta especial e específica, sob a denominação Fundo Municipal de Segurança Pública.

Art. 3º. A Secretaria Municipal de Finanças emitirá os controles contábeis e financeiros da movimentação dos recursos do Fundo Municipal de Segurança Pública, conforme o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março 1964, bem como realizará a tomada de contas dos recursos aplicados.

§ 1º Ao final de cada exercício financeiro, a SMF prestará contas, com os controles referidos no *caput* deste artigo, ao Conselho Municipal de Segurança Pública, que emitirá seu parecer e o encaminhará ao Gabinete do Prefeito.



ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA GABINETE DO PREFEITO

§ 2º O controle contábil será apresentado semestralmente, incluindo os balancetes que demostrarem a movimentação dos recursos do Fundo Municipal de Segurança Pública.

Art. 4°. Os bens adquiridos com os recursos do Fundo Municipal de Segurança Pública serão incorporados ao patrimônio municipal, afetados pela finalidade da Segurança Pública, registrando-se a fonte de aquisição, bem como serão controlados e administrados pelo Município, com a participação do Conselho Municipal de Segurança Pública.

Art. 5°. O órgão responsável pelo controle patrimonial do Município apresentará, ao final de cada exercício e sempre que solicitada, a relação dos bens adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Segurança Pública ou que lhe venham a ser doados.

Art. 6°. O Conselho Municipal de Segurança Pública realizará a gestão deliberativa dos recursos destinados ao Fundo Municipal de Segurança Pública.

Art. 7°. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9°. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Delmiro Gouveia/AL, em 26 de junho de 2018.

ERALDO JOAQUIM CORDEIRO
Prefeito

Registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, aos 26 dias do mês de junho de 2018.

VANDERLÂNDIA OLIVEIRA DA SILVA Secretária Mun. de Adm. e Rec. Humanos